

# AVALIAÇÃO PARTICIPANTE: ALGUMAS IDÉIAS INICIAIS PARA DISCUSSÃO

Pedro Demo

2824

Do INEP e da Universidade de Brasília

A forte intuição de que a avaliação participante coloca uma questão relevante nos momentos atuais, vem sempre acompanhada da certeza de que muito pouco sabemos sobre o assunto. Este fato nos acompanha neste trabalho de teor apenas introdutório e tentativo, cujo objetivo não poderia ir além de provocar uma discussão que esperamos proveitosa.

Sempre foi assim, que em ciências sociais, ao procurarmos nos dedicar a avaliações de componentes qualitativos da realidade social, como a participação, por exemplo, nos faltam instrumentos adequados. De um lado, percebemos que os instrumentos conhecidos não condizem com o fenômeno; de outro, não temos alternativas. Na verdade, embora usemos muito o termo qualidade, não saberíamos defini-lo, a não ser por exclusão. Parece ser tão comum, quanto intangível. Algo que está muito próximo, mas que não conseguimos agarrar.

Persiste a certeza de que a indagação coloca uma pista correta e absolutamente vital, mesmo porque ninguém duvidaria que não exista a questão da qualidade na realidade social; mas, daí para a frente, domina-nos a perplexidade. Se assim é, não podemos nos propor aqui metas extravagantes, que de antemão não saberíamos levar a termo. Pretendemos tão somente cercar o tema com algumas reflexões pertinentes, com o propósito de colaborar na discussão.

Aproveitaremos sobretudo o cabedal de propostas já lançado pela assim dita pesquisa participante, pois há uma década vem envidando esforços nesta direção (1).

## CONTEXTO DA PESQUISA PARTICIPANTE.

Entre muitos excessos, tanto de extremismo (2), quanto de modéstia (3), a pesquisa participante coloca questões de rara pertinência. De um lado, emerge a preocupação em torno da relativa inutilidade das ciências sociais ou mesmo de sua agressividade contra a popula-

ção dominada, de outro o esforço de dirimir a diferença entre sujeito e objeto na pesquisa, na constante insinuação de que tal diferença já conotaria um processo dominativo (4).

É sempre difícil ligar adequadamente o componente participativo com o componente científico e não raro tem-se a impressão de que nem um nem outro estão convenientemente presentes no processo em questão. Como cada termo tem sua especificidade, poderíamos sugerir que, ou se trata de *participação baseada na pesquisa*, ou de *pesquisa baseada na participação*, dependendo da acentuação que se pretenda dar. Em muitos casos há quase só componentes participativos, já na altura do ativismo, enquanto que em outros o elemento participativo não passa de enfeite ou charme do momento.

Além das críticas anteriores, outra é muito relevante: a pesquisa ortodoxa ou tradicional tende a ser banal, porque seus resultados não vão além da superfície do fenômeno. Ainda que possa ser exagerada, tal postura contém uma verdade importante: quando se reduz a realidade à sua dimensão quantitativa, experimental, empírica, geralmente abandonamos a parte mais importante dela. A dimensão qualitativa não se capta por tais instrumentos. Aí, todavia, o defeito não está na dimensão qualitativa, mas no instrumental científico (5).

Confunde-se o relevante com o experimentável. Na realidade social, no entanto, raramente o relevante coincide com o experimentável. Cabe a pergunta: será que as ciências sociais somente sabem captar a dimensão quantitativa da realidade?

Creemos que nisto a pesquisa participante tem sua razão. Principalmente à medida que as ciências sociais imitam as ciências naturais e usam sua instrumentação científica típica, reduzem a realidade social ao plano do palpável. Imensa é a tal deformação, porque insinua-se a tendência de desconsiderar na realidade social tudo quando não seja palpável. Se aceitamos que as dimensões

mais relevantes da realidade social não são palpáveis, as ciências sociais acabam dedicando-se a coisas banais (6).

A problemática ideológica é tomada às claras, porquanto entende-se a pesquisa participante como ação transformadora em favor de uma determinada comunidade, dentro do moto: não somente estudar, mas estudar para intervir. Tal concepção tem seus problemas óbvios, mas também tem sua razão de ser. Se a ideologia está no próprio objetivo das ciências sociais, não apenas no seu tratamento por parte do sujeito, não faz sentido camuflá-la, mas olhá-la de frente. É difícil decidir, se o procedimento de controle da ideologia — essencial para o projeto científico, ainda que nunca exequível de todo —, se faria melhor através do distanciamento rigoroso, ou através da atitude de a assumir claramente. No primeiro caso, corre-se o risco da ilusão de distanciar-se de algo que está intrinsecamente dentro da realidade, da qual também fazemos parte. No segundo caso, corre-se o risco de debandada ideológica, recaindo no ativismo cego e dogmático.

Ademais, nem toda ação é transformadora necessariamente, porque os conservadores não precisam participar menos de seu projeto social. Banaliza-se facilmente a questão, como se a pesquisa participante tivesse vocação natural de identificação com os pobres e dominados. Já nisto destrói-se a participação, porque a identidade direta entre pesquisador e pesquisado é uma farsa, que muito mais encobre a desigualdade real, do que a resolve. Todavia, é possível a participação, desde que conquistada, como veremos a seguir (7).

Por outra, a pesquisa nem sempre se dirige a uma comunidade concreta, e por isso há visíveis gradações no envolvimento comunitário, desde o pesquisador que investiga problemas de caráter mais abrangente e geral, até aquele que imerge numa dada comunidade e com ela se identifica cabalmente, se possível.

De todos os modos, procura-se desfazer a clivagem entre sujeito e objeto, pelo menos como esforço de conquista. Esta postura é possivelmente de execução precária, porque algo de manipulação sempre haverá, mas contém a boa crítica de que as ciências sociais, como são comumente feitas, servem muito mais ao controle social e ao reforço dos processos dominativos e exploradores, do que à superação de distâncias sociais extremas. A pesquisa da pobreza não reduziu a pobreza. Por isso, "deve" ter interesse nela (8).

O academicismo das teorias belas e aéreas é vituperado com firmeza, em nome da prática, que passa a ser parte integrante do projeto de investigação. Uma teoria sem prática, não é sequer uma teoria, porque não se refere à realidade concreta. Uma prática sem teoria não sabe o que pratica, porque não sabe recompor o ambiente vital da crítica e da autocrítica. Certamente, a pesquisa participante pode tender ao ativismo, que jamais substitui a boa teoria; mas isso somente a prejudica, porque a torna cega (9).

A população não consegue, normalmente, produzir conhecimento científico, do tipo sofisticado da academia, treinada em malabarismos complexos. Mas consegue acompanhar o processo; consegue controlar, em amplos momentos; consegue expressar um nível de conhecimento que poderíamos chamar de "sabedoria", em

contraposição à ciência. Esta temática é interessantíssima, não somente porque arma uma contraposição talvez fecunda entre ciência e sabedoria, entre intelectual e povo, mas igualmente porque coloca o problema da autopromoção como dependente em primeiro lugar da criatividade de cada comunidade, não de sofisticações necessariamente acadêmicas. Será a ciência "superior" à sabedoria? Certamente que não, assim como não se poderia dizer que a cultura de elite é "superior" à cultura popular. São diferentes, não necessariamente desiguais.

Por aí tange-se outra vez a questão da relativa inutilidade das ciências sociais, tanto porque são por vezes sofisticações ridículas frente à realidade que não conseguem bem enfrentar, quanto porque passam ao lado da vida do povo, que delas não sente falta alguma. Não é mister estudar educação, para educar bem os filhos. Talvez suceda até o contrário: filhos de educadores formados correm maior risco de serem mal educados. Ou seja: a educação está mais para o lado da "sabedoria", que uma simples mãe pode ter em profusão, do que para a ciência, que tende a ressecá-la dentro de um tratamento estereotipado.

Emerge, então, a problemática cultural, ponto de partida obrigatório para qualquer pesquisador participante, se quiser de fato pelo menos reduzir a diferença entre sujeito e objeto. Parte-se do fato de que a comunidade tem história, tem sabedoria, tem identidade própria trabalhada pela cultura própria. Nunca seria *tabula rasa*, ignorante, primitiva. Tem o que oferecer, porque tem conteúdo próprio. E isto está profundamente ligado à autopromoção, ou seja, parte do interessado, não do interesseiro (neste caso, o pesquisador). As ciências sociais não agem assim. Armaram um pedestal deslumbrado, em cima do qual se postam e a partir daí contemplam a plebe ignara, reduzindo-a a objeto. Com isto, jamais captam adequadamente o fenômeno, porquanto repercute no processo muito mais o eco da dominação, do que da investigação (10).

Todavia, a pesquisa participante é um dos gêneros de pesquisa, não o único. Existem outros: a empírica, a teórica, a metodológica, que também se misturam e se complementam. É comum encontrarmos na pesquisa participante a idéia fátua de um recomeço total, como se tudo o que se fez até hoje fosse insanidade. Mas isto não faz sentido. No entanto, trouxe propostas realmente importantes, que continuaremos a aprofundar.

#### QUESTÃO DA PARTICIPAÇÃO E DA QUALIDADE.

Vamos rever aqui brevemente duas preocupações importantes, quanto à participação: seu caráter controverso na teoria e na prática, e seu teor qualitativo.

Definimos participação como a conquista da autopromoção. Assim colocada, faz parte do contexto da política social, que dividimos em dois campos maiores: o sócio-econômico e o político. No campo sócio-econômico deparamos com a problemática da sobrevivência material, ligada prioritariamente à inserção no mercado de trabalho, que determina o acesso ao emprego e à renda. No campo político encontramos o problema da participação, e atribuímos a ele o mesmo nível de importância que o outro. Um não substitui o outro, nem é mais

ou menos importante que o outro, embora estejam interligados necessariamente. A satisfação das necessidades básicas é essencial, mas somente será completa se for igualmente conquistada dos necessitados. O processo participativo é essencial, mas somente será completo se houver crescimento sócio-econômico, porquanto a pobreza compartida ainda é pobreza.

É vital insistir no caráter de conquista do processo participativo, pois realiza a idéia fundamental de autopromoção, contra tendências paternalistas sobretudo do Estado. Por isso mesmo, é incorreto considerar política social somente o que o Estado empreende nos ditos setores sociais. A figura básica é antes de tudo o interessado. Sem sua participação, caímos de imediato no assistencialismo e no paternalismo (11).

Partimos também do ponto de vista que não existe participação prévia, como se fosse tendência normal da sociedade. Na realidade sucede o contrário. Por tendência natural temos a outorga, ou seja, a imposição como liame fundamental das relações sociais. Não existe igualmente participação dada, ou outorgada, nem suficiente, porque é conquista. E só existe, enquanto conquistada, num processo dinâmico interminável, dialético como a sociedade histórica.

Entre as maiores polêmicas está a idéia de que o Estado não poderia entender e promover processos participativos. Por trás está a expectativa clássica de orientação marxista, segundo a qual o Estado se resume em ser uma instância representativa da classe alta, estando a seu serviço. Qualquer processo participativo teria que assumir a perspectiva de destruição do Estado, como é típico da postura de Engels, mas também de Marx, com exceção do escrito sobre a comuna de Paris (12).

Não concordamos com tal interpretação. Primeiro, porque é farsante a expectativa de que, chegando ao poder a classe proletária, deixaria de existir uma instância central para organização da sociedade e da produção. Mesmo que considerássemos o Estado um mal necessário, ainda não o saberíamos dispensar. A discussão realista não vai pela rota da supressão do Estado, mas da qualidade do Estado. Segundo, porque a definição de participação não pode desconhecer a tendência histórica típica do poder de discriminar os dominados; ao contrário, daí parte, e por isso será conquista. Neste sentido, não é dialética a postura que vê no poder estatal uma muralha absolutamente compacta, sem qualquer possibilidade de rachadura. A história não comprova isto. Ao contrário, mostra que os poderes mais opressivos também acabaram rachando. Terceiro, porque o Estado poderia pelo menos não atralhar.

A resistência em aceitar que o Estado possa comportar-se com processos participativos da base tem, todavia, um mérito: tenta afastar a tendência brutalmente assistencialista e paternalista de políticas sociais por parte do Estado. Neste sentido, chama com razão a atenção para os riscos do planejamento participativo, pois pode ser uma farsa deprimente. Ao mesmo tempo, aponta para a tendência histórica concreta, de que o Estado se identifica com os interesses do grupo dominante.

Outra preocupação é o teor qualitativo da participação. Talvez seja impossível reduzi-la a índices quantitativos, porque nela pouco importa a quantidade, mas

a qualidade do processo. Por exemplo, diz pouco o fato de um sindicato ter muitos membros, fazer muitas reuniões, arrecadar fundos, porque o que na verdade interessa é a qualidade democrática dele, ou seja, até que ponto de fato representa os interesses dos interessados. Aí leva vantagem o campo sócio-econômico, porque é mais fácil de traduzi-lo em quantificações operacionalizáveis. Se observarmos, por exemplo, a questão da identidade cultural, que é sempre uma importante motivação participativa, será quase impossível montar expressões numéricas satisfatórias, porquanto o que realmente interessa é a qualidade do processo.

Nisto coloca-se uma questão extremamente árdua em ciências sociais: o que é qualidade? Relembrando a pesquisa participante, pode-se dizer que as ciências sociais não estão aparelhadas para captar a dimensão qualitativa, já que se especializaram, em sua história de imitação das ciências naturais, na captação de traços quantitativos da realidade social. Acabamos definindo qualidade apenas por exclusão, como algo para além do material, ou como algo diverso do material, ou como algo contrário ao material. Isto é muito pouco, se pensarmos que questões de qualidade nos acompanham todo dia o dia todo e delas temos certeza incontestável. Para dar alguns exemplos: a questão da felicidade social e individual, as necessidades imateriais do homem (religiosidade, cultura, convivência etc), a busca da boa educação, a ambiência comunitária e familiar, questão do amor e da amizade, a sensibilidade humana etc. As ciências sociais não sabem tratar tais fenômenos e por isso podem tornar-se banais. São "coisas", porém, que a sabedoria jamais colocaria em segundo plano, porque não vê o homem como intelecto, como expressão racional, como necessidade material apenas, mas como um todo. Tais assuntos seriam, ademais, estranhos às ciências sociais, que veriam neles propostas espúrias, suspeitas, confusas, sempre difíceis de captar pelo instrumental ortodoxo.

Assim, a qualidade é menos estudada, do que "sentida", "discutida", "procurada". Em nome da racionalidade, as ciências sociais deprezam áreas essenciais da sensibilidade humana, como é o problema da identificação cultural, da religiosidade (não religião), dos mitos e valores, das utopias e esperanças, das superstições e crenças, e assim por diante. Todavia, a qualidade humana não as dispensa. E isto precisamente seria qualidade de vida, ao contrário de quantidade de vida. Normalmente, ao falarmos de qualidade de vida, reduzimo-la a indicadores quantitativos (emprego, renda, esperança de vida, habitação, consumo etc). Não é isto. Trata-se, na verdade, de outra dimensão, que o material baseia, mas não produz necessariamente. A felicidade de uma comunidade e de cada um passa também por suas credences, porque o homem absolutamente "curado" de credences já é robô ou estátua. Aí não pulsa a vida, mas somente se estereotipa a matemática.

Participação é, no fundo, qualidade. Não a apalparamos, nem cheiramos, não pesa, nem tem tamanho. Mas tem profundidade, sentido, intimidade e sensibilidade. É necessidade básica também. Sem ela, secamos. Por isto poderíamos dizer, num rasgo de simplificação: a qualidade básica da vida humana é participação. Isto está acima

das ciências sociais e da erudição, mesmo porque, sendo sobretudo uma arte, é muito mais questão de sabedoria, e não de tonelada. Para ser democrático, é preciso sobretudo saber participar, saber doar-se, conviver, dividir-se, saber valorizar a comunidade. Ora, isto é o que menos se encontra na universidade, dentro de cujos muros medra o elitismo, a arrogância, a discriminação, o desrespeito, que não combinam com o sábio, que poderia mesmo ser analfabeto. Inventar soluções simples para problemas complexos, não perder jamais o senso pela felicidade e pela beleza, o bom senso entre razão e coração, a sensibilidade pela vibração interna e comunitária mais íntima, a vida como jogo e não como competição, são "coisas" que o erudito perdeu, num caminho que leva as ciências sociais a desenvolverem a agressividade e a autodestruição. O sábio não quer tanto, porque quer a profundidade; quer estar junto, não por cima; faz parte de, não desagra e deterge; comunica, não dissolve e distorce; simplifica, não complica: motiva, não resseca.

Ao mesmo tempo, coloca-se a questão do desenvolvimento, que também é mais um problema de qualidade, do que de quantidade. Crescimento é quantitativo e, mais que isto, não tem tendência alguma em transformar-se em desenvolvimento. O que transforma o crescimento em desenvolvimento é a participação. E aí saltamos para a qualidade. Certamente o desenvolvimento necessita do crescimento, não somente por conjuntura, mas por estrutura. Mas é instrumento. A participação é o fim. Mesmo porque, as mais belas utopias da humanidade — autopromoção, autogestão, comuna, comunidade, desenvolvimento, qualidade de vida — são da ordem da qualidade e da participação, onde a quantidade se apresenta como instrumento necessário. E mais: se Deus existe, é participação. É sob esta forma que mais se apresenta, em termos de religião.

Toda esta conversa é piegas para as ciências sociais, ou resquício de eras pretéritas, quando ainda não tínhamos desdobrado o instrumental científico de captação da realidade. Enquanto, porém, o cientista social se ri disso, é incapaz de agregar um centímetro à felicidade do homem, quando não faz precisamente o contrário. Vale muito mais a ironia do sábio, que, sem letras, sem beca e sem anel, ri-se do erudito, que imagina precisar estudar educação para bem educar. Ora, se isto é arte antes de tudo, se é autopromoção, pouco poderá o estudo agregar e é por isso que nenhuma tese de doutorado substitui a sabedoria da mãe simples, sensível, profunda, enfim, sábia, e que traduz para seus filhos o bom senso da felicidade e da beleza, ao lado também da racionalidade e do rigor lógico. Não há por que fechar a universidade, mas é preciso dizer o quanto é ignorante, em ciências sociais.

## QUESTÕES DE AVALIAÇÃO.

Avaliação é uma etapa do planejamento e da execução de políticas, considerada normalmente de importância estratégica capital. No entanto, perfaz igualmente um componente de todo o processo em todos os momentos, porquanto toda proposta teórica e prática parte de avaliações, preserva sempre em mente a necessidade avaliativa, e na medida que pratica perspectivas alternati-

vas avalia outras, tidas por menos interessantes, desnecessárias, nocivas ou impraticáveis.

Como etapa, geralmente coloca-se a avaliação como pretexto de acompanhamento da execução de políticas, com o intuito de perceber se as metas estão sendo alcançadas, bem como elemento de revisão constante das atividades. É precisamente neste sentido que a avaliação assume importância estratégica. Em si é uma necessidade ineludível, mesmo porque sempre há divergência suficiente entre o que se queria e o que se conseguiu implantar, ou seja, entre teoria e prática.

A avaliação pode ser feita pelos propositores e gestores das políticas, e isto é comum na esfera do Governo. Usam-se instrumentos conhecidos, como os indicadores sociais em séries históricas, ou as análises de custo-benefício, e assim por diante. Embora não se possa denegrir a avaliação *intra muros*, pode ser mais efetiva a avaliação *extra muros*, no sentido de ser feita por gente de fora. Evita-se a tendência autoprotetora, que facilmente repercute em dados distorcidos, em relatórios, no silêncio sobre coisas desagradáveis e assim por diante.

É neste contexto que aparece a avaliação participante, por ser ainda mais preferível, quando feita pelos interessados. Se quem mais entende de suas necessidades são os necessitados, é fundamental que eles mesmos avaliem o que se pretende fazer com eles. Não é que os necessitados saibam tudo e que não sofram de qualquer alienação, mas geralmente os técnicos sabem menos e são mais alienados.

Ainda como etapa, a avaliação pode coincidir com o diagnóstico, já que este também avalia a situação vigente. Todavia, interessa mais a avaliação entendida como presença permanente do espírito crítico, tanto na proposta, quanto na execução de políticas. Esta visão fundamenta uma postura mais criativa, na medida que se conserva a vigilância crítica sobre questões, tais como: distância entre proposta e realização; condições reais de realização; atingimento adequado dos objetivos; implementação da participação; necessidade de revisão constante; dinâmica do processo etc.

A maioria das políticas sociais, todavia, não são avaliadas, em termos de suficiente seriedade, o que já denota não só o receio de detectar irregularidades, mas igualmente o pouco compromisso com os objetivos, sem falar em que as realizadas são geralmente avaliações *intra muros*, do tipo "mensagem ao Congresso", na qual o Governo avalia a si mesmo. Existem, no entanto, avaliações persistentes e de padrão elevado, muitas vezes baseadas em instrumentos já sofisticados, como são os levantamentos computadorizados.

A base factual é muitas vezes precária, podendo acontecer inclusive que certas políticas se proponham sem prever a necessidade de avaliação. Não é raro encontrarmos falta de dados mínimos para podermos responder com alguma adequação às perguntas mais gerais sobre exequibilidade e efetividade de políticas. Outras vezes o tratamento dos dados demora tanto, que a avaliação ocorre com atrasos ridículos, não permitindo seu real aproveitamento. Importante é que a avaliação seja prevista em todo o percurso, desde a gestação das políticas até sua implementação. Por isto, é preferível visualizar a avaliação não somente como etapa específica do

processo, mas como ingrediente permanente e dinâmico.

As avaliações, todavia, não são, por si, capazes de operar as mudanças possivelmente propostas, porque isto depende da instância condutora do processo. É o mesmo caso das ditas assessorias. Assessorar quer dizer apresentar propostas e alternativas, cabendo aos coordenadores segui-las ou não. Seria politicamente ingênuo imaginar que as políticas sejam tão racionais que sempre se pautassem pelas avaliações, mesmo porque não está jamais garantido que a avaliação seja competente, sem falarmos na questão ideológica que toda avaliação contém.

Tal característica pode decretar o teor dramático de muitas políticas, que as avaliações já mostraram falidas, mas que são levadas em frente por razões ideológicas ou por preservação do grupo condutor. O drama se potencia ainda mais, quando as avaliações prevêm a necessidade de troca de política ou de grupo condutor. Será muito difícil que o grupo propositor e executor se imbua de tal espírito crítico, que aceite a falência própria e dê lugar a alternativas. O próprio MOBREAL apresenta um exemplo interessante. Desde que se aceitava a relativa falência do modelo anterior, seja porque não atingira os resultados esperados, seja porque estaria ideologicamente sobrecarregado, seja porque pairava desconfiança sobre a conveniência dos recursos, seja porque se imaginava um excesso de mordomias na altura da direção e da subdireção etc, a mudança de rumo dificilmente poderia ser tomada *intra muros*. Foi preciso uma gestão ministerial nova e que acarretou inclusive o afastamento de pessoas significativas, para se poder mais efetivamente avaliar a idoneidade do programa e a necessidade de redefinição. Assim mesmo o programa foi apenas redefinido e não, como muitas avaliações externas queriam, suprimido (13).

Se tomássemos como exemplos também os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND), é difícil encontrar uma avaliação criteriosa de cada um, ainda que o subsequente sempre contenha expressões críticas ao anterior e valha, neste sentido, como relativa avaliação. O III PND já foi elaborado com metas tão vagas, que uma avaliação é quase ociosa.

No caso da educação, certamente pode-se sugerir, sem supervalorizar a avaliação, que o fraco desempenho na década passada também se deve ao fato de que sempre se fugiu de uma avaliação criteriosa. Assim, colhemos em 1980 praticamente o mesmo índice de escolarização que já tínhamos em 1970 (por volta dos 67%). Nisto se mostra que a avaliação é importante, ainda que não fosse respeitada pelos responsáveis, porque revelou que as metas educacionais estavam não só longe das prognoses, como sobretudo estagnadas. E no caso do MOBREAL descobriu-se que a diferença entre os números *intra muros* e os do Censo era de pelo menos 100%.

## AVALIAÇÃO PARTICIPANTE.

As rápidas considerações acima insinuam fortemente a propriedade da avaliação participante, por maiores que sejam os problemas que a possam envolver. Na verdade, não há o que substitua a avaliação do interessado e que no fundo é o real sujeito da política social (14).

Para visualizarmos melhor o processo, é mister

colocarmos algumas premissas prévias. Em primeiro lugar, é preciso dizer que o avaliador participante é uma figura sensivelmente diversa da clássica. Supõe-se que esteja sintonizado com o planejamento participativo, bem como com a pesquisa participante. Necessita descer do pedestal de tecnocrata, mesmo porque este não existe. Sobretudo é essencial a noção sincera de suas próprias alienações: é alienado, porque não faz parte da população interessada, pelo menos em sentido direto; não é povo, propriamente, porquanto o avaliador não vive em estrita sobrevivência, nem faz parte do exército de reserva, na linguagem marxista. Não tem, pois, as mesmas necessidades e, como parte componente da elite intelectualizada do país, tende mais a expressar os interesses do grupo dominante, do que do grupo dominado.

Em segundo lugar, a identificação com os dominados é um processo muito complexo, de estrita conquista participativa, onde a farsa ronda a boa vontade e a traição é uma presença sempre possível e tendencial. Tal identificação comprova-se na prática, não na teoria charmosa, de quem se proclama paladino dos pobres, mas não assume na prática as dores dos interessados. Concretamente, isto exige uma espécie de santidade, se definirmos o santo como aquele que precisamente faz o que diz.

Em terceiro lugar, tratando-se de avaliadores ligados diretamente ao Governo, a questão pode complicar-se, já que as chances de manipulação crescem. Em si, o problema não é essencialmente diverso, por exemplo, de professores da universidade, não só porque em última instância são também sustentados pelo Governo, mas porque fazem parte da mesma elite intelectualizada (15).

Olhando as coisas do lado dos interessados, é também mister afirmar que a alienação existe. Estão expostos ao efeito-demonstração, aos meios de comunicação e às pressões do consumo, pelo que são manipulados profundamente. Não é possível defender a idéia apressada de que a comunidade se basta a si mesma e sabe tudo de si. Em primeiro lugar, tal atitude dispensa os ricos de sua responsabilidade para com a pobreza, na medida que são sua causa principal. Em segundo lugar, daria a impressão de que a comunidade é pobre por sua própria culpa, deixando-se de lado a consideração fundamental de que a pobreza é resultado de um processo de opressão concreta e histórica. Em terceiro lugar, idealiza a comunidade como capaz de tudo, enquanto na verdade é pobre. A simples conscientização não resolve a questão, porque é mister também produzir.

Existe ainda a divergência de linguagem e comportamento, que caracteriza a diferença cultural. A comunidade pobre dificilmente entenderá o "dialeto" da universidade, bem como os intelectuais entenderão a cultura comunitária com dificuldade, quando não a rebaixam a "subcultura". Neste caso, é essencial rememorar a perspectiva da "sabedoria", porque é fundamental que as coisas se coloquem nesse patamar, onde podem mais facilmente entender-se os dois lados. Se assim for, podemos de fato imaginar, por exemplo, um diagnóstico conjunto, ou seja, com a participação efetiva da comunidade, que, embora não sabendo colocar os dados em computador e calcular uma regressão linear, saberá entender características próprias da comunidade.

Pode-se imaginar também que se façam as propostas em conjunto, bem como a execução conjunta e até mesmo que a comunidade assuma seu destino com o maior teor possível de autopromoção. A esta altura, os avaliadores externos poderiam assumir sua posição própria, que seria de motivação, assessoria, apoio, não condução.

É importante pensar que a instrumentação do processo precisa ser alternativa, na linha da "sabedoria": discutir juntos, conviver, partilhar, aprender mutuamente, sentir juntos, assumir padrões culturais da comunidade, doar-se, e assim por diante. Academicamente falando, tudo isto é uma linguagem pelo menos esotérica, mas é neste diapasão que vibra a comunidade. E quem não sabe assim vibrar, não serve para avaliador participativo.

Não se impede que parâmetros da racionalidade e da lógica científica apareçam no processo e o secundem. As reuniões são mais efetivas, se forem bem organizadas, disciplinadas, com conclusões palpáveis etc. Mas este não é o efeito fundamental. O efeito fundamental é a vivência comunitária, sentida na sua totalidade, catalizada pelo projeto comum de autopromoção. Sem isto, nada adiantam disciplina, lógica e razão. Aí remonta a qualidade participativa, a cujo serviço no fundo está toda e qualquer instrumentação acadêmica. Fazer o ambiente, motivar, tocar, vibrar, são componentes de um processo participativo que lógica nenhuma substitui. Enquanto a comunidade não desdobrar sua própria sabedoria, não há ciência que a substitua ou a supere.

É possível também usar a participação como instrumento, para se obter uma avaliação acadêmica mais completa. Todavia, corre-se o risco de voltar à situação clássica da comunidade como objeto.

Ademais, quando nos metemos em processos participativos é mister levar em conta que a qualidade e a profundidade geralmente demandam tempo maior, paciência maior, dedicação maior, porquanto não há como queimar etapas, já que isto seria também reduzir a qualidade a seus momentos quantitativos apenas. Tal característica apresenta também um problema muito comum: o cansaço de um processo que pode exagerar na meticulosidade e em vai-vem sem fim. Quando todo o mundo opina, palpita e reflete, pode haver enorme congraçamento, mas igualmente muita perda de tempo. Resolve-se isto em parte através da delegação a representantes legítimos e que, por isto, podem falar em nome da comunidade.

Tomar a comunidade a sério exige considerável autenticidade e dedicação por parte dos avaliadores externos, que propendem fortemente a usá-la, mais do que a fazê-la referência primeira e última do processo. É preciso partir do conhecimento prévio existente, da criatividade cultural, dos traços de identidade própria, das formas próprias de entender as coisas e de se entender, da linguagem peculiar, e assim por diante, vendo nisto real riqueza, e nunca mero atraso histórico. É o avaliador que está à disposição, não a comunidade propriamente. O real interessado é ela.

O critério fundamental da avaliação será a realização da autopromoção, pelo menos no sentido de coesão. Sob esta luz aparecerá a validade do programa em cheque. E será coerente consigo mesma, porque a avalia-

ção participativa não tem apenas a finalidade de avaliar participativamente, mas igualmente de promover a própria participação. Isto não impede a realização de parâmetros clássicos, como seria o confronto entre proposta e meta atingida, adequação de instrumentos utilizados face aos resultados almejados, conveniência do programa face ao contexto histórico, sócio-econômico, político e cultural, e assim por diante. Toda avaliação supõe um parâmetro avaliativo, sobre o qual se exara sua validade positiva ou negativa. Mas, tratando-se de avaliação participativa, a característica autopromotora é primordial, porque nisto está o cerne de sua qualidade.

Se tomássemos o exemplo da escola da comunidade e tentássemos visualizar uma avaliação participativa, poderíamos imaginar o seguinte: de um lado, seria sempre possível questionar os resultados da escola, no sentido da taxa de escolarização, do rendimento série por série, da presença de material didático adequado e da merenda, da contribuição do professor etc; tudo de forma participativa na comunidade. De outro lado, seria possível vislumbrar isto como instrumentação para se atingir a autopromoção da comunidade, dentro da qual a escola é um dos componentes importantes, à medida que reflete uma necessidade básica comunitária e a própria identidade comunitária. No primeiro caso, temos a avaliação como fenômeno tendencialmente conjuntural, feito de tempos em tempos, como rito esporádico. No segundo caso, temos a avaliação como fenômeno estrutural, porque seria exigência da própria necessidade de participação, ou seja, a participação como instrumento e como finalidade.

Seria um risco colocar a avaliação como tal a serviço da participação? Academicamente considerando, nossa tendência é a oposta. Comunitariamente considerando, todavia, a avaliação não poderia ter outra finalidade que a autopromoção da comunidade. Para a comunidade, a ciência é instrumento. Certamente, pode-se deturpar esta ótica, na medida que a avaliação se tornar subserviente e já *pro forma*. Risco maior, porém, é não participar.

De tudo que foi dito não se pode extrair nenhuma certeza e nenhuma tranquilidade. Somos neófitos na matéria, não só porque as ciências sociais poucos nos ajudam, mas também porque é um caminho que apenas antevemos. Porquanto, estamos apenas amanhecendo. Sabemos que há um sol por aí, mas não sabemos bem o que e como é (16).

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. C.R. BRANDÃO, Pesquisa Participante, Brasiliense, 1982.
2. P. DEMO, Pesquisa Participante, mito e realidade, UnB/INEP, Brasília, 1982, mime.
3. REPORT OF THE INTERNATIONAL SEMINAR ON POPULAR PARTICIPATION, Ljubljana, Yugoslavia, 17-25 May 1980, United Nations, Department of Technical Co-operation for Development, June 1980, N. York: "we still do not know how to participate", p. 6.
4. F. V. GROSSI, Socio-political implications of participatory research, in: Convergence XIV, nº 3, 1981. P. DEMO, Pesquisa Participante, op. cit.
5. M. THOLLENT, Crítica metodológica, investigação social e enquete operária, Polis, 1980.
6. L. KOLAKOWSKI, Positivist Philosophy, Pelican book, Penguin, 1972.

6. P. DEMO, Pesquisa Participante, mito e realidade, op. cit. Id., Metodologia científica em ciências sociais. Atlas, 1980. Id., Introdução à metodologia da ciência. Atlas, 1983.
7. P. DEMO, Intelectuais e Vivaldinos, da crítica acrítica. AL-MED, 1982.
8. R. FRANCO (org.), Pobreza, necesidades básicas y desarrollo. CEPAL/ILPES/UNICEF, Santiago, 1982.
9. A. S. VAZQUEZ, Filosofía da práxis, Paz e Terra, 1977. F. CHATELET, Logos e Práxis, Paz e Terra, 1972.
10. P. DEMO, Dimensão cultural da política social, Massangana, Recife, 1982.
11. P. DEMO, Participação é conquista, noções de política social participativa, INEP/UnB, Brasília, 1982, mime.
12. R. BROMLEY & E. S. BUSTELO (org.), Política X Técnica no Planejamento, Brasiliense, 1982. P. R. HADDAD, Participação, justiça social e planejamento, Zahar, 1980. S.B. AMMANN, Participação Social, Cortez & Moraes, 1977. Id., Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil. Cortez, 1980. P. DEMO, Desenvolvimento e política social no Brasil. T. Brasileiro, 1978.

13. V. P. PAIVA, MOBIL: um desacerto autoritário I, II e III, in: Síntese — nova fase, nº 23, 24 e 25.
14. EDUCAÇÃO RURAL INTEGRADA, a experiência de pesquisa de planejamento participativo no Ceará, Paz e Terra, 1983. C. R. BRANDÃO (org.), Pesquisa Participante, Brasiliense, 1982.
15. P. DEMO, Intelectuais e Vivaldinos, da crítica acrítica. AL-MED, 1982.
16. J. WERTHEIN e o., Educational evaluation trends towards more participatory approaches, in: A proposal for research on participatory evaluation strategies for rural education systems in Brazil, IICA, Brasília, Sept. 1982. H. MOSER, La investigación-acción como nuevo paradigma en las ciencias sociales, in: Crítica y Política en Ciencias Sociales, Simposio Mundial de Cartagena, Ed. Punta de Lanza, Bogotá, vol. I, 1978. M. PARLET & D. HAMILTON, Evaluation as Illumination: a new approach to the study of innovatory programs, in: D. Hamilton (ed.), Beyond the numbers game: a reader in educational evaluation, London, Macmillan, 1977.